



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2016**

Ata n.º 29

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de doze de Setembro e aditamento de vinte e dois de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Aprovação da ata de 28-07-2016; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para empreitada de requalificação de caminhos tipificados; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento por ajuste direto para "execução de campanhas de desinfestação no concelho de Albufeira" pelo período de 2 anos; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento contínuo de britas, gravilhas, tout venant, pó de pedra e detritos, até ao limite de 50.000,00€ + IVA;-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da abertura do procedimento e período de candidatura para atribuição de bolsas de estudo do ensino superior para o ano letivo 2016-2017; -----

PONTO SETE: Análise, discussão e deliberação, sobre a exploração de aquicultura de bivalves no concelho de Albufeira, com eventual deliberação a atestar ser contra o interesse municipal do município de Albufeira; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de um autocarro de 54/55 lugares e um autocarro de 33/34 lugares.-----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do apoio financeiro, no valor de 5.670,00€ à Comunidade "Terapêutica Beco com Saída", correspondente a 18 meses de internamento de um munícipe;-----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2016-2019;-----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª Revisão do Orçamento 2016-2019, incluindo a 4ª alteração ao mapa de pessoal;-----



PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pela CDU, sobre o respeito pelos direitos e salários dignos;-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD) Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Sofia Margarida do Rosário Oliveira (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), João Hélder Grade Cabrita (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Duarte Cabrita. -----

Faltas: Mário Samuel Raimundo Gaspar, Ana Alexandra Diogo Pereira, Carlos Augusto Cabrita dos Santos, Joaquim Manuel Correia Vieira e Fernando Manuel de Sousa Gregório.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Mário Gaspar, Ana Pereira, Carlos Santos, Joaquim Vieira e Fernando Gregório, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Sofia Oliveira, João Cabrita, Helena Simões, Joaquim Dias e Duarte Cabrita.-----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores Célia Pedroso, Ana Vidigal, Rogério Neto-----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Suzel Pimenta: "Queria perguntar ao Sr. Presidente se existe um plano de arborização no concelho? É porque se verifica que têm sido abatidas uma série de árvores, outras têm indo secando ao longo do tempo e as únicas árvores que eu vejo serem substituídas neste concelho são as palmeiras, todo o resto fica por substituir. Ao longo da Avenida dos Descobrimentos há montes de árvores secas, ali da Escola Secundária até lá a



baixo à rotunda, e mantêm-se lá, nunca foram substituídas. Outra problemática é a situação das gaivotas: se existe, da parte da Autarquia, algum plano, não sei, qualquer Regulamento no sentido de fazer com que as gaivotas sejam afastadas das zonas residenciais. Há sítios em que as gaivotas proliferam. As gaivotas nidificam, salvo erro, duas vezes por ano: são mais duas gaivotas que nascem de cada vez, vão-se multiplicando. Muitos dos moradores das zonas dão-se ao luxo de darem alimentação às gaivotas nos passeios e é um flagelo, é uma sujidade, os telhados estão sujos, os carros ficam com as chapas todas manchadas. Há algum plano para tirar estas gaivotas para fora da cidade, como fizeram com os pombos que existiam lá em baixo na baixa?" -----

Presidente da Câmara: "No plano de arborização do Concelho existe, naturalmente, instruções para ir tratando das árvores e substituindo as árvores que vão morrendo. Naturalmente, estamos neste momento com a adjudicação de um novo jardim e irá ser feito junto ao eixo viário, irá ligar ao jardim que já há naquela baixa antes da rotunda. Em relação ao plano de arborização estamos a pensar fazer plantações de árvores, árvores até nativas para que tenham menos manutenção, menos água no sentido de poupar água. Portanto, isto está em andamento, e vamos ver de acordo com as necessidades. Neste momento já está o jardim adjudicado e também iremos respeitar ao máximo as plantas autóctones, no sentido de que também tenha o mínimo de custos com a água. Também no Cerro do Malpique está a ser desenvolvido um plano de arborização mas também no respeito das espécies autóctones. Quanto às gaivotas, não sei se há algum plano, eu não conheço, sei que não se pode fazer mal às gaivotas porque as gaivotas são uma espécie protegida e, portanto, não sei se há algum mecanismo para as afastar das cidades, sinceramente não sei." -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros seguintes:-----

José Pimenta: "Duas questões que eu queria pôr ao Sr. Presidente. A primeira é em relação ao Parque da Alfarrobeira: tem sido melhorado, não há dúvidas nenhuma, foram retiradas e muito bem algumas espécies de árvores ou plantas que existiam lá. Só que eu acho que falta lá um espaço de sombra. Velas são uma hipótese porque é um parque que tem muitos visitantes, ainda bem, muitos jovens, muitos miúdos, muitas crianças que vão lá, e vão os pais e vão os avós. Aliás, eu até frequento também este parque por acaso e verifico que, em pleno verão (nós temos sete ou oito meses de verão) há necessidade de uma zona de sombra. O que é que pensa? Se há alguma coisa já pensada, o que estão a pensar em relação a isso? Depois em relação ao Inatel: é uma



situação que já vem de muito longe: assim que sonha chover, já há águas residuais a passar por lá, e eu gostaria de saber se existe, por parte da Câmara, algum estudo, alguma forma de resolver este problema?" -----

Francisco Guerreiro: "É um problema que já vem de há muito a esta parte que é na Avenida da Pista: há uma caixa que já deve estar lá há uns cinco ou seis anos com um palmo de fundo e como isso não bastasse no lado contrário está um abatimento há muitos meses. Eu já levantei esta questão a quem tem o direito de resolver, ainda continua na mesma e deve vez em quando vão lá pôr brita - que eu não vejo qual é a razão de pôr brita naquilo. Eu dei cabo de um pneu nessa caixa. A caixa tem um palmo de fundo, uma coisa que eu sinceramente não concordo".-----

Presidente da Câmara: "Tomei aqui nota da observação do Sr. Pimenta em relação à falta de sombras no Parque da Alfarrobeira. Vamos ver se há alguma coisa sobre isso, os serviços irão responder sobre esta matéria. Quanto ao Inatel, neste momento, e não só em relação ao Inatel, estão a ser feitos estudos, ou seja, um Plano Geral de Drenagem de Albufeira, que está a ser feito pelo Professor Saldanha Matos, e que irá ter a participação, ou já está a ter a participação também do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Também a Universidade do Algarve irá participar no sentido de se fazer um Plano Geral de Drenagem em relação a Albufeira. Quanto ao Inatel, pois também estará abrangido nesse Plano de Drenagem de Albufeira.-----

Em relação ao Sr. Francisco, também tomei nota. Não sabia dessa caixa. Passo lá muitas vezes e nunca bati nela, portanto, provavelmente nunca dei por isso porque nunca bati nela até agora mas vou mandar ver o que é que se passa."-----

João Cabrita: "Gostava de perguntar se a Câmara vendeu ou doou aquele espaço do Jardim da Cerveja ao Clube Praia da Oura ou grupo Muthu porque eles começaram por pôr uma vedação em arame, depois a seguir em verde, umas plantas, e agora já está lá propriedade privada. Gostava de saber se a Câmara doou ou vendeu o terreno?"-----

Presidente da Câmara: "Não, a Câmara não vendeu nem doou esse terreno. Aliás ele, neste momento, está a ser objeto de procedimento. Já foi objeto de deliberação de Câmara. Se tivesse visto as atas da Câmara, já teria verificado que foi objeto de deliberação camararia e o que se vai fazer é muito simples: vai-se vedar o nosso terreno. Foi um terreno que foi adquirido quando se fez aquela rua e que abrange não só este bocado, como outros bocados a Norte que também estão, de alguma maneira privatizados. Isto tudo vai ter que ser regularizado. Vamos ter que saber o que é que se passou na altura, porque, ao que tudo indica, desses terrenos a Norte também terá



havido alguma cedência de terrenos para abertura da estrada. De qualquer modo o que eu pedi para me apurarem em relação à parte Norte é saber quais foram os terrenos, o volume, a área de terrenos que foram cedidos para a estrada e verificar aqueles que são nossos e neste momento estão a ser usados em termos privados. Porque ou os terrenos voltam (estes da parte Norte) ao domínio municipal ou terá de haver uma compensação por parte de quem os tenha, depois de uma avaliação. Mas isso será um processo *a posteriori*. Primeiro o que temos que saber é qual é a área que beneficiou a parte pública com a feitura da estrada e qual é a área que está a ser usufruída em termos privados. Aliás, eu detetei isso quando tomei conhecimento dessa vedação a Sul, portanto essa que está a referir no Jardim da Cerveja. O que vai acontecer aí é muito simples: se for a bem, é claro, vai ser feita a vedação onde os nossos topógrafos disserem que são os marcos que estão registados e a propriedade fica plenamente demarcada e não há dúvidas nenhuma quanto à titularidade da mesma."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal.-----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram a palavra os seguintes membros:-----

José Pimenta: "Neste momento há o valor que existe da parte da Câmara do ativo, o positivo de sessenta ponto cinco milhões de euros. Em Junho existiam cinquenta milhões. Eu gostaria de saber se, por acaso, da parte do Sr. Presidente e do Executivo há intenção de fazer algum pagamento de empréstimo à Banca. Eu não sei quais são os valores, neste momento, sei daqueles que, em juro, a Banca está a praticar para com a Câmara mas não sabemos se, por acaso, haverá algum interesse dado que existe este montante de dinheiro. Se não seria preferível o pagamento de dez milhões quinhentos e dois, que é aquilo que será em Dezembro de dois mil e dezasseis. É uma hipótese que há, deixo no ar essa hipótese, não sei se haverá acolhimento da parte do Executivo, mas nós temos sessenta milhões ponto cinco e ter uma dívida para com a Banca não



acho assim muito normal, porque também não se vislumbra que a Câmara irá ter grandes projetos nestes anos e se, por acaso tiver, então poderá fazer um pagamento, a não ser que com os juros praticados neste momento não compense. Aliás, também não se sabe aqui se, por acaso, a Câmara tem aplicações desses sessenta milhões, ou cinquenta, ou quarenta ou coisa do género. No caso de haver, e se por acaso ganharmos em relação às aplicações em detrimento dos juros que são praticados pela Banca, tudo bem. Senão não vejo necessidade, e, aliás, esta Câmara tem a confiança da banca, existe crédito suficiente para esta Câmara quando necessitar de dinheiro: peça à Banca. É isto que eu gostaria de deixar aqui, reflexão e votos de pagamento."-----
Francisco Oliveira: "Sr. Presidente, relativamente a esta questão que o Sr. Pimenta referiu, realmente, esta situação do saldo é importante referir, voltar a referir, que há cerca de dois meses, na última Assembleia Municipal, nós tínhamos um saldo de cerca de cinquenta milhões. Eu gostaria de dar os parabéns à Câmara Municipal por, de facto, estar a poupar e a recuperar os valores, e é realmente importante. Mas seria importante, também, se estivéssemos perante aqui uma entidade privada que efetivamente estaria a poupar. Parece que, de facto, o importante nestas circunstâncias é devolver estes valores à sociedade e, nomeadamente ao Concelho de Albufeira, e, portanto, a questão que se coloca é: temos cerca de sessenta milhões de euros. Seria necessário colocá-los, pelo menos uma parte, na economia local para fazer o necessário investimento e agora que tanto se fala do aumento do investimento e da necessidade do investimento e, portanto, ter este valor parado não é propriamente saudável e, portanto, queixam-se efetivamente os comerciantes, o tecido empresarial de Albufeira, de algumas dificuldades e poderia ser uma forma de conseguir compensar e de colocar estes valores no mercado, independentemente daquilo que o Sr. Pimenta realmente referiu do pagamento do empréstimo, poderia, eventualmente, poupar alguns juros. A questão é que, pelo que se vê, em termos de projeto e de obra, não vemos, efetivamente, forma de despender este valor, pelo menos até ao final do mandato, naturalmente, sempre com os acréscimos, porque agora em Novembro iremos ter, com certeza absoluta, mais uma prestação de IMI que irá engrossar estes sessenta milhões de euros e, portanto, arriscamo-nos a chegar a Dezembro muito bem, com um valor na ordem dos setenta ou setenta e tal milhões de euros que poderíamos muito bem, pelo menos uma parte dele, devolver ao tecido empresarial e ao comércio e, de facto, à população de Albufeira. Portanto, é esta também a proposta que faço no



sentido de que alguma coisa possa ser feita em termos de projeto, no sentido de devolver estes valores ao tecido empresarial e à comunidade."-----

Presidente da Câmara: "Tendo alguma memória este, sabemos que este município já passou por uma fase má, já tivemos o PAEL, aliás, quando tomámos posse estávamos com esta fase, já tivemos as taxas nos limites máximos, como, por exemplo o IMI, e de lá para cá já se pagou o PAEL, já se pagaram as dívidas e quanto à questão do Sr. Pimenta, da dívida bancária, temos optado por não fazer esse pagamento dado que os juros são muito baixos, são empréstimos antigos com juros extremamente baixos. Quanto ao Dr. Francisco Oliveira, diz, e com razão, o dinheiro deve ser aplicado. Eu devo dizer que ninguém deve olhar para estes números como números exorbitantes, porque Albufeira teve muito tempo sem investimento e tem necessidades imensas de investimento, mas o investimento tem que, naturalmente, que ser planeado. Como o Dr. Francisco Oliveira também referiu tem que haver projetos, tem que haver uma visão séria do futuro para que o dinheiro seja bem gasto. É fundamental, na Administração Pública, que o dinheiro seja bem gasto, está nas regras que andaram esquecidas durante muitos anos a todos os níveis, que são regras chamadas regras de boa administração, também já veem há muitos anos mencionadas nos manuais administrativos as situações sobre estas matérias e, portanto, a boa administração é algo que se impõe cada vez mais na Administração Pública porque não é admissível que se cometam erros na Administração Pública porque esses erros vão recair sobre os cidadãos. Nós, portugueses, já estamos um bocado saturados de que isso aconteça, de que mal se sente algum dinheirinho na algibeira toca a gastá-lo rapidamente. Parece que está mal na algibeira. Não é assim que aconselha a prudência muito em especial quando estamos a necessitar de investimento e temos que tomar opções. Nesse sentido nós temos várias opções já feitas. Começam por uma necessidade premente que o concelho de Albufeira tem em relação ao apoio à terceira idade: temos uma falta imensa de lares e, nesse sentido, estamos a trabalhar em três projetos para lares que são: um nos Olhos de Água, um nas Fontainhas - Ferreiras e um em Albufeira. O de Albufeira é o menos prioritário uma vez que já cá temos algum apoio social. Olhos de Água e Ferreiras não têm nenhum apoio social. Só olhando para estes três investimentos eu não exagerarei nada se falar em números na ordem dos vinte ou trinta milhões de euros, não estarei a cair em exageros, talvez algum exagero mas porque vão ter que ser equipados. Depois temos também opções que temos que fazer em termos de investimento noutros domínios. No domínio da educação: aí temos na



zona de Paderne um terreno que está em fase de aquisição e que tem que ser uma aposta forte em sede de educação. Já temos alguém interessado em fazer lá, como eu já referi, uma escola virada para as questões do mar, escola essa que, ao que tudo indica, irá empregar na ordem dos cem por cento, ou seja, na área dos cruzeiros, das pescas, das petrolíferas. É uma área de ensino desta cooperativa que está também ligada à Escola Marítima de Paços de Arcos, que tem tanta gente credível e que quer vir para Albufeira. A Universidade do Algarve também, naturalmente, estará na calha para poder desenvolver atividades aqui. São áreas onde também teremos que pensar nuns milhões só para o resto da aquisição do terreno, em que se conseguiu poupar, já nesta administração, mais de um milhão e quinhentos mil euros. Temos também a entrada de Albufeira. Posso adiantar já que há uma intenção de aquisição daqueles terrenos mas os senhores também terão uma palavra a dizer sobre esta matéria, naturalmente, para que ali possa vir a ser feito, no futuro não só um parque verde mas também a nossa zona de mercados quinzenais e uma zona de lazer que possa ser muito bem aproveitada. Falando também na questão que há bocado referi do Plano de Drenagem de Albufeira, naturalmente, esse Plano de Drenagem tem uma expectativa de investimento dentro de um, dois anos, na ordem de uns quinze milhões de euros. Mas o Plano de Drenagem não se fica por aí. Com a segunda fase, que irá até dois mil e vinte e sete, se não estou em erro, irá orçar na ordem dos vinte e tal milhões. Isto são números que são assustadores mas temos que estar preparados para eles. Além disso ainda temos outras necessidades de investimentos: estamos num processo de aquisição de terrenos na área das Ferreiras, designadamente para o cemitério, estamos em fase muito próxima da aquisição; temos necessidade de, também nas Ferreiras, fazer um pavilhão, não com a dimensão que este tem, não será necessário tanto, mas, porque há ali muitos jovens, é necessário dar-lhes condições para que possam praticar desporto e não enveredem por outros caminhos. Aliás, eu ia a realçar o grande trabalho que tem vindo a ser feito pelo Futebol Clube de Ferreiras e que esse trabalho merece que o Município olhe cada vez com mais atenção para a juventude daquela freguesia, e não só daquela freguesia porque já há também jovens da freguesia de Albufeira que se deslocam para lá, e, portanto é uma necessidade que temos também. Temos uma serie de necessidades para colmatar e temos que as colmatar no sentido de dotar de mais bem-estar as nossas populações, nomeadamente na área da terceira idade, em que estão mais débeis. Depois também temos neste momento, olhando para as cargas de natureza social, em sede de recuperação urbana, um trabalho muito grande a ser feito:



no plano das águas temos que fazer também um grande investimento porque temos muitas condutas que já estão velhas e têm que ser substituídas; na área do saneamento também temos a mesma situação e ainda temos algumas zonas que não têm saneamento e também temos que ir preencher essas zonas. Portanto, há aí muito para preencher e para gastar esse dinheirinho. Tem é que ser bem gasto e tem que ser bem planeado esse gasto e com as opções necessárias. Eu não vou a correr, podem ter a certeza, gastar o dinheiro. Sou bastante cuidadoso nos gastos do dinheiro. Nas estradas também há uma necessidade imensa de alcatrão: temos muita estrada degradada. Hoje, por exemplo, está aí para aprovação pela Assembleia um procedimento, se não estou em erro, na ordem de uns oitocentos mil euros, que será feito por quantidades para que não tenhamos que estar a fazer um concurso por cada caminho que vamos arranjar e que nos permita ser mais ágeis, porque a Administração Pública padece deste defeito que é toda a morosidade processual que há na adjudicação de qualquer contrato, e, portanto, se pudermos, num caso como este em que os trabalhos são idênticos nos caminhos, fazer logo uma adjudicação grande que nos permita mandar fazer este caminho, aquele, aquele outro, claro que devidamente hierarquizados consoante as necessidades, vai agilizar muito mais os trabalhos de reparação de estradas e caminhos. Portanto, eu saúdo as palavras que foram ditas e devo dizer que espero corresponder da melhor maneira aos gastos desse dinheiro porque é o dinheiro que é de todos nós, o dinheiro não é meu, é de todos nós. Uma coisa que eu garanto é que o gasto com o máximo de cuidado, eu e a Câmara toda, nós todos, somos uma equipa e temos que agir e gastar o dinheiro das pessoas com o máximo de cuidado e acho bem que as pessoas sejam cada vez mais exigentes nessas matérias porque o desperdício do dinheiro público é algo que deve merecer a censura não só dos que o fazem como também das pessoas que veem esses problemas de dinheiro. Nós temos, na função pública, cada vez mais de zelar pelo gasto do dinheiro que existe."-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Aprovação e deliberação da ata de 28-07-2016;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes membros: -----



Cândido Reigado: "Eu queria levantar a seguinte questão: em relação à ata quando foi aquela intervenção do Sr. Carlos Ventura, que refere na ata que "por unanimidade" se saiu da sala, para haver unanimidade tinha que haver votação. Não houve votação, nem se quer foi proposta votação. O Sr. Presidente sugeriu a saída da sala, aliás, nem todos saímos porque quando foi dito que ia ser chamada a GNR, o Carlos Ventura acabou por sair da sala. Portanto, é essa chamada de atenção que eu quero fazer. Isto não quer dizer que nós estamos de acordo com aquela intervenção e com muitas outras que ele vem fazer na Assembleia Municipal, muito longe disse, não estamos de acordo com a intervenção, muito menos com as acusações infundadas que ele às vezes faz, de maneira nenhuma. Era só para chamar a atenção que, realmente, para haver unanimidade, tinha que haver votação e não houve. É só isso que eu quero."-----

Presidente da Assembleia: "De facto, eu coloquei à consideração a suspensão dos trabalhos. Não tendo havido nenhuma oposição, há unanimidade, e isto é um ponto assente. Eu coloquei à consideração dos membros da Assembleia a suspensão dos trabalhos e, portanto, se ninguém se opôs, foi uma deliberação tomada e, obviamente, que é uma deliberação interna de procedimentos de trabalhos. Agora, se o senhor quiser substituir o termo "unanimidade" por "consenso" de todos os Membros não me choca porque, de facto, houve uma deliberação de todos os Membros que foi de suspender os trabalhos e isso é claro. A questão é: se nós não tivéssemos uma deliberação, não podíamos suspender os trabalhos, em primeiro lugar. A segunda questão é: se não houve nenhuma oposição é porque estavam todos de acordo e, se estavam todos de acordo, é unanimidade. Não me choca que se o senhor tiver outro termo que queira utilizar na ata ou se alguns dos senhores membros quiser alterar essa circunstância. Tem é que ficar a constar na ata que os trabalhos foram suspensos por acordo de todos, que pode ser a expressão que lá seja colocada, não me choca absolutamente nada."-----

José Pimenta: "Senhor Presidente, se eu estou bem lembrado, posso estar enganado (eu já tenho sessenta e quatro anos se calhar até há alguma coisa que me passa), a ideia que ficou da posição que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou foi de sugerir a saída da sala e não pôs a situação de estarmos ou não de acordo com a saída da sala. Eu acho que, em relação a este ponto, no meu ponto de vista, deveria ficar "o Sr. Presidente da Assembleia Municipal sugeriu a saída da sala dado que não havia condições para continuação dos trabalhos", é isto."-----

Presidente da Assembleia: "Concordo consigo. Vamos partir deste princípio: eu concordo com o Sr. Pimenta e na ata passa a constar "o Presidente da Assembleia surgiu a saída" e a seguir digo "todos concordaram" porque saímos todos."-----



José Pimenta: "Olhe que eu não sei."-----

Presidente da Assembleia: "Sr. Pimenta peço desculpa, nós suspendemos os trabalhos. É uma questão de semântica e é uma coisa que eu adoro. Podemos andar aqui para a frente e para trás que a questão é uma: os trabalhos foram suspensos por aceitação de todos os membros. Se o senhor quiser colocar outra expressão, nós colocamos, não vejo inconveniente nenhum, o que é o mais importante e, perdoe-me, a expressão, aquilo que ali está não choca ninguém, não é violadora de nenhum princípio, não é ofensiva de nenhum direito de ninguém, é apenas uma questão de quem venha a ler a ata perceber o que lá se passou e o que se passou foi uma coisa muito simples: porque não tínhamos condições de trabalho, porque havia um munícipe que não nos deixava fazer a continuação dos trabalhos com o respeito que merecemos. Foi perguntado se havia alguém que se opunha à suspensão dos trabalhos, à saída da sala e ninguém se opôs. Isto está gravado e, portanto, nós também temos que ver que a ata tem, de uma forma sucinta, refletir o que se passou na Assembleia e foi isto que se passou. O que eu lhe digo é que é uma questão de semântica: preferem utilizar outro termo, utilizamos. A verdade tem que lá estar, a verdade foi que eu propus que os trabalhos fossem suspensos. Perguntei se alguém se opunha, se não me falha a memória não houve oposição e suspendemos os trabalhos e fomos todos, a não ser que o senhor diga eu opus-me à suspensão dos trabalhos. Aí nós corrigimos a ata. Então, se alguém se opôs à suspensão, não temos unanimidade. Se ninguém se opôs, temos unanimidade. Posso pôr a concordância de todos os membros, posso pôr a anuência de todos os membros, a aceitação de todos os membros, agora, se foram todos, acho que a ata não pode refletir outra coisa. Se o senhor tiver uma sugestão de outra redação, é colocada à votação dos membros porque, obviamente, a ata reflete o que se passou e, como estamos aqui a maioria dos membros desse dia, é uma questão de haver outra sugestão sobre o termo. Eu não sou dono da verdade, é o que está gravado."-----

José Pimenta: "Vamos aceitar o que está. Posso dizer uma coisa? Se eu fosse Presidente não fazia a saída da sala, e vou-lhe dizer porquê: a não ser uma situação de catástrofe, tremor de terra, uma bomba, por exemplo, aceitamos isso, agora nós somos representantes que estamos aqui, quem deve sair não somos nós."-----

Presidente da Assembleia: "Sr. Pimenta, peço desculpa, o que me pasma, e o senhor sabe que eu tenho imenso respeito por si, é que o senhor esteja aqui, passado não sei quanto tempo, a dizer isso e no dia não tenha dito nada. Desculpe-me é que nós



estávamos aqui todos, eu perguntei à Assembleia quem é que queria intervir e se alguém tinha alguma opinião, ninguém teve coragem de dizer o quer que seja ou porque, como o senhor, das duas uma, hoje refletiu e achou que estava mal, ou porque não teve coragem de dizer no momento. Agora, o senhor dizer que "só numa catástrofe"? Desculpe-me. Até porque se nós, membros, estamos aqui a trabalhar, se nós, membros, respeitamos quem cá vem intervir, e se nós, membros, temos regras e cumprimos as regras e aceitamos o cumprimento dessas regras, quem vem cá também tem que cumprir regras e nós fomos desrespeitados nas regras e foi colocada à consideração da Assembleia a interrupção dos trabalhos. Eu volto a dizer: a decisão não é minha. Atenção que o senhor está a colocar a responsabilidade no Presidente da Assembleia, mas não. O Presidente da Assembleia fez uma proposta de dinâmica de trabalhos que foi aceite por todos, não houve ninguém que tivesse intervindo de forma a dizer: não, não saímos da sala. O senhor aceitou e hoje o que está aqui a dizer não é contra mim, perdoe-me, é contra si: está a dizer "eu, na altura, não tive coragem de intervir e dizer que não devíamos sair". Era lá, não era hoje. Não sei se é por hoje termos mais público que fica bem mas digo-lhe uma coisa: a dinâmica dos trabalhos da Assembleia é nossa, o Presidente da Assembleia tomou uma deliberação apenas em respeito por aquilo que foi decidido por todos! Por todos! Não é uma decisão do Presidente da Assembleia. Portanto, quando o senhor diz "se fosse o Presidente da Assembleia eu não o teria feito", o Presidente da Assembleia fez aquilo que os membros deliberaram, todos, e eu também sou membro da Assembleia. Poderia ter sido outro membro a propor. Agora, desculpe-me se eu sinto, de alguma forma, um ataque. Não é um ataque aqui, é uma questão personalizada. O senhor é que referiu que a decisão era do Presidente da Assembleia e, quem não está habituado a estas regras, pode pensar que, de facto, é o Presidente da Assembleia que põe e dispõe. Não é. Eu sou o maestro com a batuta. É a maioria dos membros que toma as deliberações. Foi proposto à Assembleia uma questão de trabalhos. Nestes quinze anos que eu tenho de Assembleia foi a primeira vez, e como o Sr. Cândido Reigado diz, não é a primeira vez que o senhor Carlos Ventura intervém, mas foi a primeira vez que interveio com aquela veemência acusatória com toda gente e falta de respeito por todos, por todos, e, portanto, a única coisa que nós fizemos foi demonstrar ao senhor que havia falta de respeito e, das duas uma: ou ficávamos aqui e o senhor nunca mais se calava (o Sr. Carlos Ventura disse "os senhores podem-me arrastar da sala que eu não me calo"), e, portanto, ou ficávamos aqui todos a ouvir o Sr. Carlos Ventura durante o tempo que ele entendesse,



ou, então saíamos de maneira a que os trabalhos pudessem ser retomados com a calma que é necessária para este género de situações. Nós não estamos aqui para tratar do assunto de um senhor, estamos aqui para tratar dos assuntos de uma comunidade, de todos. Quando o senhor me diz que o Presidente da Assembleia toma a decisão, é falso. O Presidente da Assembleia propôs que a Assembleia tomasse a decisão e foi tomada por todos. Em relação a este assunto, quer fazer uma proposta de alteração, quer deixar uma declaração de voto, quer fazer o quê, relativamente a esta questão?"-----

José Pimenta: "Posso dizer alguma coisa Sr. Presidente?"-----

Presidente da Assembleia: "Pode".-----

José Pimenta: "Em relação a coragem, o senhor sabe perfeitamente que, uma coisa que não me falta é coragem".-----

Presidente da Assembleia: "Eu disse-lhe que o respeito imenso mas vai desculpar-me".-----

José Pimenta: "Em relação ao público, sabe que eu não faço politiquice, nem entro nessa porque também sabe perfeitamente que eu não sou vocacionado para isso. O que eu depreendi, na altura, é que foi sugerido só pelo Sr. Presidente. Posso estar enganado. Eu disse logo no princípio "posso estar enganado em relação a isso". "A minha posição não seria essa, mas posso estar enganado". Ainda quero ir ouvir a gravação que existe. Agora, se por, acaso fosse eu ... Vamos lá ver uma coisa: não está em causa o Sr. Carlos Ventura e como ele se portou, isto não está em causa. Eu penso é que podia ter havido paragem de trabalhos e não havia necessidade de sair da sala, é a minha posição, é a minha opinião, mas não vou mexer mais no assunto".-----

Francisco Oliveira: "Rapidamente, para terminarmos com este assunto porque temos mais assuntos para tratar: a questão que eu gostaria de colocar é: de facto, a sugestão foi feita pelo Sr. Presidente mas todos nós a aceitámos. Com a saída da sala ou sem a saída da sala, o que é facto é que nós suspendemos os trabalhos porque não havia forma de os continuar nos termos em que estavam e lembro, infelizmente, eu sou membro desta Assembleia quase há vinte anos e recordo-me que em quase todas as Assembleias o Sr. Carlos Ventura vem e faz as mesmas afirmações e tem sido ano após ano, mês após mês este tipo de situações e foi a primeira vez, ao longo destes anos todos, que se tomou uma posição. Porque até aqui, ouvia-se, ouvia-se, o senhor fazia as acusações todas e nunca se tomou qualquer posição. Portanto, havia que, num momento qualquer, tomar uma posição, até para a dignificação desta Assembleia e dos membros da mesma."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

-- **VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte (21): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Duarte Cabrita.-----

Não estiveram presentes na sessão de 28-07-2016 os membros: João Cabrita, Sofia Oliveira, Joaquim Dias e Helena Simões, pelo que não votaram.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão de 28-07-2016. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para empreitada de requalificação de caminhos tipificados; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Helena Simões, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne- Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras- Duarte Cabrita e o Secretário da Junta de Freguesia da Guia-Joaquim Teixeira Dias.-----



A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento por ajuste direto para "execução de campanhas de desinfestação no concelho de Albufeira" pelo período de 2 anos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Helena Simões, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne- Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras- Duarte Cabrita e o Secretário da Junta de Freguesia da Guia-Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento contínuo de britas, gravilhas, tout venant, pó de pedra e detritos, até ao limite de 50.000,00€ + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

José Pimenta: "A Câmara Municipal pode ou não arranjar caminhos? E, se pode arranjar caminhos, qual foi o motivo pelo qual se deu aquela situação da Rocha Baixinha? Os trabalhos pararam na praia dos Tomates, não foram mais além. Diz o Sr. Presidente que por falta de dinheiro. Penso que teria sido da parte da Junta de Freguesia. Se por acaso estes valores que estão aqui também não servem para estas situações, que não



são de emergência mas para nós tratarmos bem os nossos turistas. E aquilo é uma zona bastante turística e não podemos deixar de tratar esta situação, um bocado gravosa, no meu ponto de vista, em relação aos caminhos."-----

Presidente da Câmara: "Isto já foi respondido na semana passada. O que há a dizer é que irá ser completado. Não foi por falta de dinheiro da Câmara porque podemos arranjar caminhos, naturalmente a Câmara tem essa função. No caso foi a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água que esteve a fazer esse serviço e a Junta é que tem lá os seus limites. Não sei se será para lá se não mas de qualquer das formas ainda há pouco tempo aprovámos aqui, em Assembleia, aquele procedimento de que eu falei há pouco, dos tais oitocentos mil euros, precisamente para reparação de caminhos. É quase um milhão de euros para reparação de caminhos."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Helena Simões, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne-Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras -Duarte Cabrita e o Secretário da Junta de Freguesia da Guia-Joaquim Teixeira Dias.-
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da abertura do procedimento e período de candidatura para atribuição de bolsas de estudo do ensino superior para o ano letivo 2016-2017;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

José Pimenta: "A questão que eu ponho é a seguinte: cento e cinquenta e quatro mil e quinhentos euros para um ano para a atribuição dessas bolsas. No meu ponto de vista



acho manifestamente pouco e porquê? Para já é 0,02% do Orçamento que nós temos para a Câmara. Vem de trás já renovações de oitenta e oito mil euros, ou seja, para novos alunos que vão ter direito a estas bolsas serão na volta de setenta e sete mil euros. Penso que é importante dar a ideia aos jovens, isto junto das escolas, que a Câmara, o executivo, neste caso a Câmara, dá tudo o que é possível para que crianças, jovens, neste caso adolescentes, não deixem de frequentar o ensino superior por falta de condições. Para dar um contributo, não poderá ser na totalidade como nós sabemos, eu penso que deveria ir um bocadinho mais além. Existe em Albufeira muita gente com dificuldades para que os seus filhos frequentem as escolas superiores. Se nós verificarmos aqui o caso da hotelaria: as pessoas só trabalham durante, sete meses, seis meses, cinco meses, quatro meses. Eu penso que considerando os parâmetros que o executivo tem para que haja esta atribuição de bolsas, haverá alguns alunos que estarão ali muito perto e que ficarão sem essa hipótese. Mas, de qualquer maneira, o Sr. Presidente estará melhor em posição de dizer alguma coisa em relação a esta situação."-----

Presidente da Câmara: "Eu o que tenho para dizer e penso que é a opinião de todos nós aqui, é que não deve haver jovem que queira estudar e que, por razões de dificuldades que as suas famílias possam ter, não possa receber uma bolsa, uma ajuda para estudar. Devo dizer que, da experiência que nós temos do ano transato e dos anos anteriores, é que, e a instrução vai nesse sentido, ninguém que reúna as condições para ter uma bolsa ficará de fora devido a este teto, que para este ano, e já faltam poucos meses, é de quarenta e seis mil e quinhentos euros e para o ano de dois mil e dezassete é de cento e oito mil e quinhentos euros. São valores achados com base na experiência dos anos anteriores mas não se admire que, se por acaso houver pedidos que ultrapassem este valor e que tenham condições de ser bolsistas, seguramente, pode ter a certeza absoluta, eu trago aqui a esta Assembleia a ampliação deste valor porque eu não me sentiria bem, e penso que nenhum de nós, responsável político se sentiria bem, que um jovem com as condições de receber bolsa, não a recebesse porque excedia estes valores. Portanto, penso que isso será daquelas coisas que será votada por unanimidade nesta Assembleia, como pela Câmara Municipal. A salvaguarda que posso dar, e é o meu pensamento sobre esta matéria, é que nenhum jovem que reúna as condições de ter bolsa ficará excluído. Vejam a situação de injustiça que podia haver se tivéssemos dois nas mesmas condições mas o último já chegava a este limite. Isso queria dizer que o outro a seguir, com as mesmas condições, não tinha direito, isso não pode acontecer.



Todos aqueles que reúnam as condições de ter acesso a bolsa, vão ter. Este foi o número que foi achado, de acordo com a experiência dos anos anteriores, e, portanto, se este ano houver mais alunos com condições de ter a bolsa, pode ter a certeza que a Câmara Municipal vai decidir por unanimidade esse aumento e propor a esta Assembleia e tenho a certeza que esta Assembleia também aprovará por unanimidade esse aumento. Os nossos jovens são preciosos para nós e não é por dificuldades financeiras que se vai permitir que alguém que tenha valor e que queira estudar deixe de estudar."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Helena Simões, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne-Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras -Duarte Cabrita e o Secretário da Junta de Freguesia da Guia-Joaquim Teixeira Dias.-
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE

Análise, discussão e deliberação, sobre a exploração de aquicultura de bivalves no concelho de Albufeira, com eventual deliberação a atestar ser contra o interesse municipal do Município de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta questão eu gostaria de fazer aqui um ponto prévio que é o facto de me congratular com a proposta que veio da Câmara Municipal, ou seja, de todas as deliberações a que eu tenho assistido durante todos estes anos da Assembleia Municipal, não houve nenhuma relativamente ao interesse municipal público de Albufeira que não tenha vindo com deliberação, ou pelo menos com uma indicação no



sentido do voto, por variadíssimas razões, entre as quais porque o executivo é quem efetivamente poderá executar estas deliberações e poderá fazê-lo; em segundo lugar até porque a Assembleia Municipal, como sabemos, não tem os meios necessários para dar pareceres, para informar. Neste caso o que vem do executivo é esclarecedor sobre a implantação desta exploração de aquicultura. Efetivamente, a nós seria difícil ajuizar uma vez que não temos os meios necessários e, portanto, é um ponto breve e, naturalmente, que, face ao juízo feito pelo executivo desta Câmara, e esperamos que em todas as outras o faça também, iremos votar de acordo com a informação que nos é transmitida."-----

Cândido Reigado: "Em primeiro lugar, eu gostava ser informado do resultado de uma reunião que foi feita há dias em Lisboa. Creio que com o Ministério do Ambiente, salvo erro, porque nós estivemos a conversar com alguns pescadores e lá foi-nos dito que uma Comissão, incluindo o Presidente da Associação dos Pescadores, estava já em Lisboa para uma reunião na tentativa de resolver o problema. Eu fiquei um bocado espantado quando fui informado lá e fomos informados de que iam instalar, no caso de ser aprovado, precisamente no lugar onde os pescadores, segundo eles dizem, que é dos melhores, onde eles podem pescar. Portanto, tendo em conta que eles vivem precisamente da pesca, é o rendimento deles, não têm outro, e vão escolher precisamente o ponto fulcral para instalarem essa empresa, no caso de ser aprovado. É evidente que nós vamos votar contra a instalação dessa empresa. Todos os pescadores com quem conversamos estavam contra a instalação dessa empresa de robalos porque prejudica, e muito, os pescadores de Albufeira."-----

Presidente da Câmara: "Eu em relação ao Dr. Francisco Oliveira, eu queria dizer que a Câmara recebeu precisamente os mesmos elementos que a Assembleia recebeu, rigorosamente os mesmos, e que a deliberação foi construída entre nós, membros do executivo. Somos apenas sete enquanto a Assembleia são mais de vinte. Construímos esta deliberação com a mesma informação de que a Assembleia dispõe neste momento, rigorosamente a mesma informação. Isto é apenas um ponto prévio só para esclarecer. Quanto à questão em si: nós tivemos uma reunião, foi a vinte e três de Setembro, eu fui a essa reunião, foi na Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, e estiveram presentes o Presidente da Câmara de Albufeira, portanto, eu próprio, e tenho aqui a ata da reunião, e várias Associações de Pescadores. Fui daqui com a nossa Associação de Pescadores, Associação de Pescadores de Pesca Profissional de Albufeira, e estiveram desde pescadores de Olhão, de Vila Real de



Santo António, de Tavira, comigo também foi o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, de Quarteira, de Portimão. A questão é que a legislação, hoje-em-dia, vem criar uma série de Planos e um deles é o chamado Plano de Situação. E se nós formos olhar para a situação que esse Plano está neste momento a dar ao Algarve, devo dizer que quem sofrer de coração deverá sentar-se antes de o ver porque poderá dar-lhe alguma coisa porque parece uma barreira, as áreas de implantação parecem uma barreira que se criou na Costa Algarvia. Depois esta exploração aparece no mapa e foi-nos mostrado na Direção Geral. Aparece no mapa como uma coisinha muito pequenina e, realmente, ela representa cerca de dois hectares, vinte mil metros - quatrocentos metros por cinquenta - são dois hectares de ocupação. O que é curioso é que lá o senhor, por acaso muito simpático, recebeu-nos a todos muito bem (esqueci-me de referir que estava também lá o Presidente da Câmara de Loulé) e disse-nos o seguinte: "Se os senhores consentirem esta, que é pequenina, é uma coisa pequenina lá no meio de um vasto campo que está previsto precisamente para fazer aquiculturas, se permitirem esta nós garantimos que não há mais nenhuma. É evidente que eu, como jurista, não respondi. Eu gostava de saber como é que ele, depois de aprovar uma, poderia recusar outra em situação igual porque isto é uma violação gravíssima do princípio da legalidade e da igualdade. Mas penso que o senhor estava a dizer aquilo na boa-fé. A posição que o Município de Albufeira apresentou, que coincide com aquela que fizemos e construímos em reunião de câmara, devo dizer com a colaboração de todos os vereadores, pedi para ficar anexa à ata. Por acaso devia de vos ter mandado a ata, peço imensa desculpa, mas vou-vos fazer chegar a ata. O que se passou lá foi: eu, enquanto Presidente de Câmara, defendi a não inclusão, a não aprovação daquilo porque vai colidir com, em primeiro lugar, os pescadores que de uma forma centenária pescam naquelas águas, depois, é uma zona rica em peixes porque é uma zona de rochas, além disso, fica dentro das seis milhas, que é precisamente a zona onde a pesca artesanal mais se faz e fica dentro da zona ideal de pesca. Este interesse público já existe, que é o interesse de muita gente pescadora não só de Albufeira mas de Quarteira, de Portimão, de Armação de Pêra, destes pescadores que vão pescar ali. Já agora, para localizar, esta zona de pesqueiro fica entre Albufeira e Armação de Pêra. Portanto, irmos fazer este confronto de uma empresa ir colidir com o interesse de uma série de pescadores, desculpem lá mas eu não consigo aceitar isso. Depois, outro ponto: é que isto é também uma zona e é um ponto importantíssimo de intenso tráfego marítimo e, portanto, aquilo é impeditivo de que as embarcações



possam passar por cima, ou seja, tem que ser rodeado e, respeitando áreas de segurança, ia colidir com outra coisa também que era não só a livre circulação de embarcações, sejam elas de pesca, de mercadorias ou de recreio, e em que nós temos, neste momento, em Albufeira, as marítimo-turísticas, que se estão a desenvolver de uma forma excepcional e que já representam negócios e empregos, também, de milhões de euros. Portanto, não podemos esquecer esta realidade e este é o segundo confronto: é que as empresas já estão instaladas aí e estão em crescimento. Depois, ainda temos que fazer o confronto (e aqui é que eu falava há bocado das boas regras da administração pública) do interesse público da seguinte forma: quanto é que uma empresa daquelas vai gerar de receitas para o Estado e quanto é que os pescadores, por exemplo, geram de receitas para o Estado? Primeiro confronto. Segundo confronto: quanto é que o turismo gera de receitas para o Estado e quanto é que aquela empresa vai gerar de receitas para o Estado? Eu quero saber quanto é que aquela empresa vai dinamizar em termos de empregos. Foi isso que eu expliquei lá ao senhor quando ele falou em negociação no sentido de condescendermos, que ele nos dava a garantia de que não havia mais, que eu não aceitei de maneira nenhuma, e dizendo, com todo o respeito naturalmente, que há aqui uma colisão de interesses, e que o interesse do Algarve tem que prevalecer sobre o interesse do particular. Ao que o senhor me quis reduzir o discurso a um discurso um pouco bairrista, em que eu lhe expliquei também que o discurso não era bairrista porque o Algarve é dos grandes contribuintes nacionais, em termos de turismo. Alias, é a maior região turística do país e, portanto, se é a maior região turística do país, o senhor tem que fazer este confronto porque há uma colisão de interesses entre as receitas que o Estado arrecada do Algarve e o que vai arrecadar com estas instalações de aquicultura. Vão coloca-las em zonas que não colidam com atividades ligadas ao mar já instaladas, geradoras de muito mais riqueza, porque senão os senhores estarão a tomar decisões contrárias ao interesse público e à boa administração daquilo que é de todos nós. Eu coloquei a situação desta maneira em Lisboa, com os meus colegas: o senhor Presidente da Junta de Albufeira e Olhos de Água, o senhor Presidente da Associação de Pesca Profissional de Albufeira e todos os outros, Associações Algarvias de Pescadores, todos, e o Senhor Presidente da Câmara de Loulé que também estranhou como é que estas coisas se fazem à revelia dos Municípios. E estranhou muito bem porque estas coisas não se devem fazer à revelia das populações e dos Municípios que representam estas populações. Portanto, o Senhor Presidente da Câmara de Loulé também esteve



bem firme na defesa do Algarve e no sentido de que aquilo deveria ser reprovado porque é contrário ao interesse da região. Quando ele quis por em negociação também expliquei que, da mesma forma, em relação ao petróleo, nós, no Algarve, não transigimos com isso e, aliás, todos os Presidentes de Câmara do Algarve, via AMAL, já pusemos uma providência cautelar no Tribunal em relação a estas questões do petróleo porque são situações que nós não negociamos. Expliquei muito bem ao senhor as situações em que não há negociação. Na negociação tem que haver uma cedência de parte a parte: nós temos que ceder um bocadinho de um lado e o outro cede um bocadinho do outro. E há situações em que não há negociação! A nossa riqueza é o turismo e temos também uma classe ancestral que eu também valorizei no sentido de ela própria ser valorizadora com o turismo. E o Senhor Presidente da Câmara de Loulé fez o mesmo porque enriquece fortemente a nossa gastronomia e a nossa cultura. Portanto, isso também são elementos fortíssimos de dinamização e valorização do nosso turismo e os nossos pescadores têm que ser protegidos, as áreas de pesca têm que ser protegidas, a livre circulação tem que ser protegida e, portanto, o senhor da aquicultura que vá para sítios onde não interfira com nada disto, vá para sítios como por exemplo (eu até dei o exemplo que eu conheço muito bem) a Ria Formosa. A Ria Formosa ainda tem lá muito areal que não está condicionado e que não colide com nada: nem com a navegação, nem com ninguém, nem são zonas de turismo, porque ninguém vai para lá banhar-se no lodo, e, portanto, há lá muita zona, muito areal ainda para ser explorado. Portanto, vão para aí, se faz favor, que não colidem com ninguém. Nós agradecemos. Os bivalves da Ria Formosa são de uma qualidade excepcional, são de uma qualidade que eu não conheço melhor. Portanto, vão para aí. Quando aquilo estiver cheio, pense em sítios abrigados que não colidam com os interesses do Algarve e dos Algarvios. E foi isso que eu expliquei ao senhor e fi-lo compreender também que o interesse do Algarve e dos Algarvios é idêntico ao interesse nacional. Não estou aqui a fazer uma defesa de bairro, estou a fazer uma defesa do interesse nacional. Além disso, o senhor também está lá em Lisboa, e devo dizer que estou a dizer isto com este vigor mas tratei sempre bem o senhor, com o máximo de respeito, mas vincando bem a posição dos Algarvios, no que fomos secundados por todos, por todos os que estiveram presentes. Em relação à proposta, eu não me pronunciei sobre essa parte mas houve algumas propostas, algumas indicações, no sentido de que as aquiculturas podem, eventualmente, vir a ser instaladas no Algarve depois das seis milhas. Ouvi pelo menos duas Associações de Pescadores, salvo erro a de Portimão e a de Quarteira,



defenderam esta posição mas não vi da parte das outras a defesa esta posição. Eu não defendi esta posição. Agora o que eu defendo é que aquela, como esta configurada e mais o Plano de Situação existente, que também penso que irá ser alterado, leva-nos a ter muita cautela, porque se nós olharmos para o mapa do Algarve e virmos o mar, aquilo mete medo: as barreiras que estão previstas para aquicultura metem medo - é privatizar o mar! Nós nascemos livres e podemos sempre ir para o mar. Se calhar não é isso que se pretende mas é isso que nós temos que lutar contra porque não queremos cá aquilo e temos que estar, uma vez mais, e estou convencido que as Câmaras do Algarve vão estar, todas juntas, e estou a pensar levar este assunto à AMAL, porque é um assunto que terá muito mais força sendo todos os Presidentes de Câmara a tomar uma posição, e estou convencido que também aí todos os Presidentes de Câmara irão no sentido em que eu e o Presidente da Câmara de Loulé fomos. Então devo dizer que foi uma manhã de trabalho, que saímos de lá já eram duas horas, começámos logo cedo e saímos de lá já eram duas horas, porque entretanto estivemos a fazer a ata. Quanto ao que vai acontecer, eu fiquei na dúvida porque lá o senhor diretor destes serviços nos disse que este senhor já fez vários pedidos, já fez vários processos administrativos, e fiquei com a sensação (não vou dizer que o senhor tenha dito isso) que ele terá sido indicado para que não tivesse mais uma reprovação de fazer o projeto para este sítio, e daí a Administração Pública, neste momento, sentir alguma dificuldade em dizer um "não" mas também nos pediu que fosse feita a ata, e eu penso que esta questão de ser feita a ata será para ele ter alguma coisa para se agarrar para justificar o indeferimento. Esta foi a noção com que eu fiquei: a ata onde consta que todos se manifestaram contra aquela situação. Existem três situações: uma de indeferir o pedido, outra de aprovar o pedido e a terceira de aprovar o pedido com o menor prazo de validade, porque isto são concessões de dez anos. Os representantes que constam da lista manifestaram-se unanimemente a favor do indeferimento do período do pedido. Seria também gratificante que esta Assembleia deliberasse neste mesmo sentido, para dar força, porque passa a ser uma deliberação do Município, e remetê-la para quem de direito. Devo dizer que também estou a pensar este assunto à AMAL para que também os outros Municípios tenham oportunidade de se pronunciar e estou convencido que até o Presidente da Câmara de Monchique, na defesa da sua costa, irá votar favoravelmente esta proposta e o de São Brás também, naturalmente.-----
Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, depois desta informação profundamente esclarecedora era só agradecer, efetivamente, ter-nos trazido à Assembleia toda esta



informação para podermos, efetivamente deliberar em consonância e em conformidade".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Helena Simões, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia - Joaquim Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne- Miguel Coelho e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Duarte Cabrita.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade a proposta da Câmara Municipal de não aceitação da instalação da exploração de aquicultura de bivalves no concelho de Albufeira. Bem como declarar que a mesma se revela contra o interesse municipal.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de um autocarro de 54/55 lugares e um autocarro de 33/34 lugares.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

José Pimenta: "Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se estes dois autocarros vêm fazer a substituição de outros que estejam mais velhos ou vêm aumentar a frota de autocarros".-----

Presidente da Câmara: "Estes autocarros são considerados necessários porque temos uma frota já um bocado velha. Eu não posso dizer que vão substituir diretamente este ou aquele autocarro mas posso dizer que eles são necessários uma vez que a nossa frota, principalmente na parte escolar, tem limite legal de idade, e na parte dos transportes os autocarros que temos também estão bastante envelhecidos. Temos um parque que é para abater. Se pergunta se vai ser abatido já, quando estes chegarem, não sei, mas naturalmente que é para substituir e reforçar a frota. Aqueles que se mantiverem ainda aptos continuarão, os que não tiverem aptos, naturalmente, vão ser



abatidos, mas são autocarros necessários: temos muito transporte escolar, temos também muitas associações, temos muito transporte de desporto escolar, desporto juvenil e temos necessidade de ter autocarros com segurança que possam enfim, colmatar, no mínimo, estas necessidades".-----

Francisco Guerreiro: "Eu só queria perguntar se a Câmara continua a alugar autocarros para o serviço escolar porque houve um tempo em que a Câmara alugava autocarros para serviço escolar e a pergunta vai nesse sentido: se a Câmara tem continuado a alugar autocarros para serviço escolar."-----

Presidente da Câmara: "Não, neste momento que eu tenha conhecimento, não."-----
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00):-----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Helena Simões, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia - Joaquim Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne- Miguel Coelho e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Duarte Cabrita.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do apoio financeiro, no valor de 5.670,00€ à Comunidade "Terapêutica Beco com Saída", correspondente a 18 meses de internamento de um munícipe; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----



Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Helena Simões, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia - Joaquim Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne- Miguel Coelho e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Duarte Cabrita.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2016-2019;-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto dos pontos dez e onze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Sr. Presidente, relativamente a estes dois pontos, que são complementares, queremos aqui reforçar, apesar de o Senhor Presidente ter referido há pouco toda uma série de projetos e obras, a fraca execução que até a data tem ocorrido relativamente ao orçamento deste ano, para não dizer fraquíssima. É lógico que a intenção não é obstar a que esta revisão seja feita, porque vai implicar, efetivamente, algum reforço de verbas e, portanto, se há reforço de verbas é porque haverá alguns trabalhos a decorrer e, nessa medida, a posição da bancada do Partido Socialista será abster-se relativamente quer ao ponto dez quer ao ponto onze. No entanto, gostaria aqui de reafirmar que, face à situação anteriormente colocada relativamente à questão do PAEL, eu queria aqui lembrar que o Partido Socialista sempre defendeu que o PAEL deveria ter sido pago muito anteriormente à data em que foi, o que permitiria, ou teria permitido que muitas das verbas que foram arrecadadas pela Câmara Municipal pelas taxas mais elevadas, não o tivessem sido e, portanto, não tivessem, de certa maneira, vindo a trazer mais dificuldades à população de Albufeira. Portanto, parecer ser de realçar e de relembrar que sempre defendemos que o pagamento do PAEL podia ter sido feito e deveria ter sido feito anteriormente, o que acarretaria, de facto, uma redução da carga fiscal aos Municípios de Albufeira." -----



Presidente da Câmara: "Eu só terei de perceber quando é que o PAEL poderia ter sido pago antes, mas isso fica para depois, para segundas núpcias."-----

Francisco Oliveira: "Em pelo menos em duas assembleias em que isso foi proposto e o Senhor Presidente respondeu pura simplesmente será pago na devida altura. E, de facto, se fosse pago muito anteriormente ao final do ano, teria permitido que as taxas não tivessem sido elevadas ao máximo. Sabe tão bem quanto eu, aliás está em ata, que essa situação ocorreu e, portanto, isso implicou mais um ano de taxas nas percentagens mais elevadas."-----

Presidente da Câmara: "Pagou-se na altura devida, quando soubemos que tínhamos dinheiro para pagar."-----

Francisco Oliveira: "Na altura tínhamos. O Senhor Presidente até não permitiu que fosse respondido por uma técnica desta Câmara o valor que estaria nesse momento em caixa. E lembro-me, perfeitamente, que eram cerca de vinte e oito milhões de euros e ainda não tínhamos arrecadado a última prestação de Novembro, relativamente ao IMI."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: dez (10): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Vera Simões, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, João Cabrita, Leonardo Paço, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne-Miguel Coelho, Cândido Reigado, José Pimenta. -----

Votos a Favor: quinze (15): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Helena Simões, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água- Hélder Sousa, Secretário da Junta de Freguesia de Guia- Joaquim Dias e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Duarte Cabrita.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª Revisão do Orçamento 2016-2019, incluindo a 4ª alteração ao mapa de pessoal;-----

O Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----



Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: dez (10): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Vera Simões, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, João Cabrita, Leonardo Paço, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne-Miguel Coelho, Cândido Reigado, José Pimenta. -----

Votos a Favor: quinze (15): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Helena Simões, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água- Hélder Sousa, Secretário da Junta de Freguesia de Guia- Joaquim Dias e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Duarte Cabrita.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pela CDU, sobre o respeito pelos direitos e salários dignos;-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado: " Vou passar a ler a Moção - Pelos Direitos, e por Salários Dignos." (Doc. 1, anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: dezanove (19): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Helena Simões, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a Favor: seis (6): Soraia Rodrigues, Cândido Reigado, Sofia Oliveira, José Pimenta, Ivânia Mascarenhas e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Duarte Cabrita.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das



deliberações tomadas na Assembleia.-----

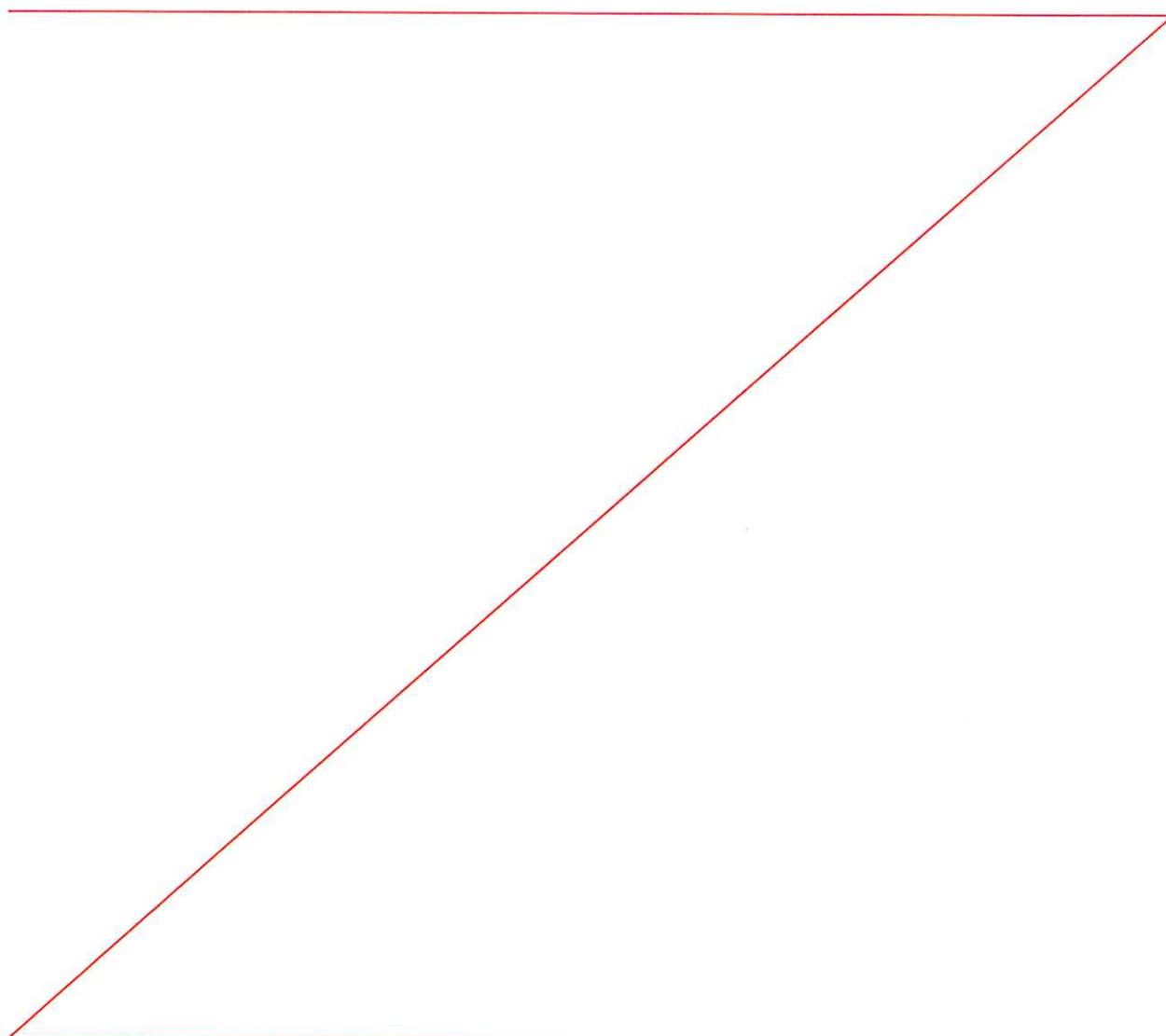
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 28 de Setembro de 2016 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____







Coligação Democrática Unitária

(A) R

R

PELOS DIREITOS, E POR SALÁRIOS DIGNOS.

O Algarve é a mais importante região turística do País. Por detrás das centenas de hotéis, restaurantes, resorts, apartamentos, campos de golfe e outras infraestruturas, estão milhares de trabalhadores da hotelaria que dão o melhor de si para assegurar o desenvolvimento desta actividade.

No entanto, a situação em que se encontram estes trabalhadores, testemunha uma prática generalizada por parte do grande patronato, que promove os baixos salários, o desrespeito pelos horários de trabalho, a precariedade dos vínculos laborais, o desemprego forçado em grande parte do ano.

Anos consecutivos que o turismo no Algarve tem tido bons resultados, mas apenas para os empresários do sector.

Os trabalhadores continuam a ser vítimas de trabalho precário e sazonal; os salários em vez de aumentarem correspondendo assim aos bons resultados do sector, há uns anos a esta parte tem sido ao contrário. A ganância do capital leva as empresas a proceder a despedimentos colectivos e selvagens de trabalhadores efectivos, para de seguida recorrerem a empresas de trabalho temporário, para substituir os trabalhadores despedidos, pagando a esses trabalhadores pouco mais de metade do salário que recebiam os anteriores. O quadro do pessoal efectivo da maior parte dos grandes hotéis foi assim destruído. Aumenta a exploração no sector. Os direitos dos trabalhadores não são respeitados: a contratação colectiva é para o patronato letra morta. A actividade sindical, sendo um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 55º, como condição e garantia da construção da unidade dos trabalhadores, para defesa dos seus direitos, é posta em causa na maior parte das empresas.

Dirigentes Sindicais são levados a tribunal por exercerem a sua actividade em defesa dos direitos dos trabalhadores, dirigentes e delegados Sindicais. Estes são sempre os primeiros a serem despedidos.

Para o PCP e os Eleitos da CDU, os trabalhadores da hotelaria do concelho de Albufeira e do resto do Algarve, têm direito a melhores condições de vida e de trabalho: têm direito a salários justos, à segurança do seu posto de trabalho, à sua valorização profissional.

É necessário uma melhor distribuição da riqueza gerada pelo Turismo:

Face ao exposto, os eleitos da CDU propõem, que a Assembleia Municipal de Albufeira reunida em 28 de Setembro 2016 delibere:

1: Exigir ao Governo a revogação das normas gravosas do Código de trabalho, alteradas pelos governos anteriores.

2: Exigir da ACT, a fiscalização das empresas e obrigue o patronato a respeitar a contratação colectiva e todos os direitos dos trabalhadores:

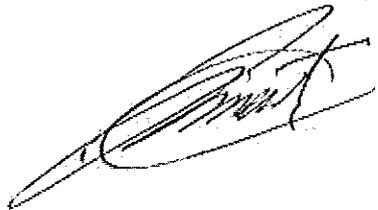
3: Enviar esta moção ao Presidente da República, a Assembleia da República e ao Governo:

4: Dar conhecimento à comunicação social.

Albufeira, 28 de Setembro de 2016

Os eleitos da CDU:

Caridado Reigado

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Caridado Reigado', written in a cursive style.